



FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2022 - 2025
26/11/2024
47/2024

HOJE (26/11), AO MEIO DIA, TEM ASSEMBLEIA GERAL, NA PRAÇA DA PAZ

Vamos discutir a nossa Paralisação pelo abono e contra o Ponto Eletrônico

O STU convoca a categoria com urgência para uma Assembleia Geral hoje (26), às 12h, na Praça da Paz.

Vamos deliberar sobre as próximas ações para barrar a tentativa da reitoria de implantar o Ponto Eletrônico, cobrar transparência nas informações sobre o auxílio-saúde e organizar o nosso **ATO COM PARALISAÇÃO**, dia 28/11, quando ocorre a reunião da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP).

A intenção do **ATO COM PARALISAÇÃO** é pressionar para que seja aprovado o pagamento do nosso abono/prêmio e a extensão dos benefícios aos/às aposentados/as.

A proposta de ato prevê: de manhã, fazer muito barulho na porta da reitoria e à tarde assistir a transmissão ao vivo da COP, no STU.

De tanta pressão, sexta-feira (22), Tom Zé agendou reunião de supetão para o fim da tarde de ontem. A pauta previa a discussão da minuta sobre a implantação do auxílio-saúde, que será apreciada no Conselho Universitário (Consu). A edição deste boletim fechou antes de ocorrer essa reunião.

Hoje, tem Consu para discutir as regras do auxílio-saúde e o cronograma do Ponto Eletrônico, barrado por conta de uma ação do STU.

Precisamos estar unidos/as e mobilizados/as para enfrentar os desafios que estão postos e garantir nossas reivindicações.

Paralisação é preciso

Na próxima COP a Unicamp vai debater a implementação do auxílio-

saúde e aumento do auxílio-alimentação. O STU, a ADunicamp e alguns representantes do Consu e da COP vão cobrar na comissão o pagamento do abono/prêmio de R\$ 10 mil.

A Unicamp está entre as melhores universidades do mundo, mas a nossa situação profissional está longe de refletir essa excelência.

Nossa categoria enfrenta um processo de empobrecimento crescente, com o nosso poder de compra corroído pela inflação e condições de trabalho cada vez mais precárias.

É inadmissível que, enquanto outras universidades estaduais, como a USP, ofereçam prêmios/abonos de R\$ 10 mil e R\$ 9 mil, a Unicamp continue negligenciando a luta pela isonomia.

A proposta do Ponto Eletrônico é outro ataque ao ambiente de trabalho e à nossa dignidade.

Esse sistema, mais que um mecanismo de controle, representa fiscalização e vigilância, incentivando a competição entre

colegas e aumentando o estresse no trabalho.

Num momento em que o mundo do trabalho caminha para a flexibilização e até redução das jornadas com foco na qualidade de vida, a Unicamp propõe medidas ultrapassadas que só prejudicam os/as trabalhadores/as.

O que está em jogo?

A Unicamp não pode continuar desvalorizando seus/uas trabalhadores/as enquanto mantém seu ranking de excelência.

Também é hora de garantir o Auxílio Saúde e Nutrição, até o abono/prêmio, para os/as aposentados/as que, historicamente, são deixados/as de lado nas discussões.

Essas conquistas são fundamentais para oferecer mais qualidade de vida e considerar o papel de quem dedicou anos de serviço à universidade.

Sua presença é essencial para fortalecermos a luta e mostrarmos a força da nossa categoria.

Congresso da categoria será em abril/2025

A Assembleia Geral de terça-feira passada (19), aprovou que a diretoria organize o Congresso Estatutário do STU, em abril de 2025. E a eleição para a nova diretoria do sindicato será debatida durante o evento, junto à outras pautas pertinentes.

O Congresso, instância máxima de decisão, é um espaço para discutir a conjuntura, atualizar o Estatuto e definir políticas e estratégias que orientarão a categoria nos próximos anos.

Adiado em 2020 devido à pandemia, o Congresso retorna como prioridade diante dos novos desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as.

A diretoria reafirma o compromisso de organizar esse evento, essencial para alinhar posicionamentos e fortalecer a organização sindical.

Ministério Público recusa adiamento do Ponto Eletrônico solicitado pela Unicamp

STU protocolou ofício para reitoria pedindo cancelamento do TAC que obriga funcionários/as a utilizarem Ponto Eletrônico

Em 24/10 a Unicamp pleiteou a prorrogação do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 13/03/2023, com prazo de vencimento em 31/12/2024, para até 30 de junho de 2025.

A empresa “Sênior Sistemas”, gestora dos sistemas de RH da Unicamp, desistiu de atuar na implantação do Ponto Eletrônico por conta do processo movido pelo STU. Isso prova que as nossas mobilizações e ação certa de entrar na justiça surtiram resultados.

A intenção do STU é proteger os empregos e a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, mas também defender o serviço público, a fim de não ser entregue de mão beijada para a terceirização.

É sabido que a contratação se daria sem licitação. A dispensa de licitação deve ocorrer apenas em situações específicas nas quais não há possibilidade de competição.

No entanto, existem outras empresas no mercado fornecedoras de serviços semelhantes ao contratado pela Unicamp.

O sindicato foi e ainda é extremamente importante na luta contra o Ponto Eletrônico, e a nossa atuação até agora foi decisiva para deter o andamento dessa forma cruel de controle.

Reitoria tenta burlar licitação

A Reitoria da Unicamp está tentando dar um jeitinho de contratar a mesma empresa, só que agora com um software diferente, ainda sem licitação.

Essa medida continua ferindo os princípios da lei, pois ainda há outras empresas fornecedoras desse serviço.

Vamos brigar para a Unicamp parar de se esconder atrás do Ministério

Público (MP) para executar esse plano cuja finalidade é controlar a jornada e constranger os/as trabalhadores/as.

Já publicamos em vários boletins, mas não custa lembrar: essa deliberação do Tom Zé é uma decisão política e não jurídica, ele escolheu seguir orientação do MP, mesmo não precisando.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as universidades públicas têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Estamos respaldados pela lei, a autonomia universitária é uma garantia mínima para a Unicamp se autogerir e realizar livremente as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Somos contra o Ponto Eletrônico!

Somos contrários à instalação do Ponto Eletrônico para fiscalizar a jornada dos/as trabalhadores/as, ainda mais quando a medida fere os princípios de transparência e igualdade de oportunidades na contratação de serviços, podendo resultar em prejuízos aos cofres da Universidade e avaliações tendenciosas no processo.

O reitor, pró-reitores/as, chefias, médicos/as, docentes, pesquisadores/as, residentes, diretores/as e coordenadores/as de órgãos, não baterão o ponto!

As chefias locais perdem autonomia de negociar particularidades dentro da unidade. Hora extra remunerada não é certeza, antes é preciso compensar todas as horas das pontes de feriados e recesso de fim de ano. Ou seja, para os/as trabalhadores/as da carreira PAEPE e técnicos administrativos/as há uma série de exigências e malefícios se

o Ponto for implementado.

MP recusa adiamento da Unicamp

O MP recusou o pedido de adiamento solicitado pela Unicamp e a universidade terá que implementar o Ponto Eletrônico até o dia 31/12. Sendo assim, o Consu de hoje (26/11) deverá debater o tema para aprovar um novo calendário proposto pela Reitoria a ser entregue ao MP. O STU fez um pedido de reunião com a Reitoria e o MP para cancelar definitivamente o TAC assinado, que se impõe somente aos/as funcionários/as técnico-administrativos/as, agravando o crônico problema de assédio moral enfrentado por nossa categoria nesta Universidade. A Unicamp solicitou ao MP a prorrogação do prazo de implementação do controle eletrônico da jornada de trabalho, e não foi atendida.

O STU referendou no seu pedido o ótimo desempenho da Unicamp nos rankings internacionais que avaliam o ensino superior, em especial seu reconhecimento como segunda melhor universidade da América Latina, no último ranking da Times Higher Education.

Vamos continuar lutando pela não implantação do Ponto Eletrônico na Unicamp, pois acreditamos que, além de ser uma decisão arbitrária, oferece inúmeros riscos para a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as.

O aumento do assédio moral é um deles, e pode oferecer impacto sobre a saúde mental dos/as funcionários/as submetidos a esse controle.

Venha para Assembleia Geral hoje (26), às 12h, na Praça da Paz, debater as estratégias e os novos rumos do nosso Ato com Paralisação, previsto para quinta (28).

PLENÁRIA AMPLIADA DOS APOSENTADOS E JURÍDICO DO STU

Nesta quinta-feira (28), das 9h30 às 12h, na sede do STU, vai ocorrer a Plenária Ampliada dos Departamentos de Aposentados e Jurídico do STU, com a presença dos advogados que fazem a assessoria jurídica da entidade. Na pauta estão assuntos como os processos da URV (Unidade Real de Valor), Pasesp (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), a lei do endividamento, entre outros assuntos pertinentes. É importante ressaltar que a plenária será para sanar dúvidas de associados/as ou não do STU.